

PARECER JURÍDICO

Contrato nº 008/2021

Interessados: **Secretaria Municipal de Administração; GDJ Serviços de Informática Eireli, inscrita no CNPJ nº 17.343.923/0001-49.**

Assunto: **Análise sobre a possibilidade de realização do 3º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 008/2021, que tem como objeto a contratação de empresa jurídica, para gerenciamento do sistema da folha de pagamento, além do desenvolvimento e manutenção do portal da Prefeitura Municipal e demais Secretarias e Fundos do município de Viseu/PA.**

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURÍDICA, PARA GERENCIAMENTO DO SISTEMA DA FOLHA DE PAGAMENTO, ALÉM DO DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE VISEU/PA. CONTRATO Nº 008/2021. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATO. POSSIBILIDADE. HIPÓTESE DO ART. 57, DA LEI Nº 8.666/93. ASPECTOS FORMAIS OBSERVADOS. OPINIÃO PELO DEFERIMENTO.

I – Análise da possibilidade de realização do 3º Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 008/2021, que tem como objeto a Contratação de empresa jurídica, para gerenciamento do sistema de folha de pagamento, além do desenvolvimento e manutenção do portal da Prefeitura e demais Secretarias e Fundos do município de Viseu/PA.

II – Admissibilidade. Hipótese de prorrogação de prazo do contrato administrativo, com base no Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

III – Pelo prosseguimento, com observância do constante no presente parecer.

01. RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de parecer jurídico sobre o pedido de realização do 3º aditamento de prazo do Contrato Administrativo nº 008/2021, que tem como objeto a Contratação de empresa jurídica, para gerenciamento do sistema da folha de pagamento, além do desenvolvimento e manutenção do portal da Prefeitura e demais Secretarias e Fundos do Município de Viseu/PA.

2. Verifica-se que houve requerimento da empresa contratada solicitando o aditivo de prazo:

Vimos através desta, solicitar a prorrogação de prazo do CONTRATO Nº 008/2021, para contratação de empresa especializada de prestação de Contratação de empresa jurídica, para gerenciamento do sistema da folha de pagamento, além do desenvolvimento e manutenção do portal da Prefeitura Municipal e demais Secretarias e fundos do município de Viseu/PA, até 31 de dezembro de 2024.

Assim compreendendo a nossa boa acolhida do pleito, apresentamos, deste já, nossos protestos de elevada consideração e respeito.

3. Em estrita observância dos atos encaminhados em anexo a consulta, nota-se a existência de justificativa da Secretaria de Finanças:

Considerando a necessidade de continuidade na prestação de serviços de gerenciamento de Folha de Pagamento que facilitam a rotina administrativa municipal. Solicito 3º Termo Aditivo de Prazo ao contrato nº 008/2021-CPL, oriundo da inexigibilidade de licitação nº 002/2021 com a empresa a GDJ SERVIÇOS DE INFORMÁTICA Eirelli CNPJ nº 17.343.923/0001-49.

Considerando o art. 57, § 1, da Lei 8.666/93 que prevê que o prazo de duração dos contratos de natureza continuada, como é o caso da contratada podem chegar a 60 (sessenta) meses. Como a vigência do contrato em questão não extrapola o prazo legal de mais 12 (doze) meses. Vimos solicitar prorrogação de prazo pelo período compreendido de 31/12/2023 a 31/12/2024.

O Sistema apresentado, já fora utilizado por esta municipalidade sendo de fácil execução com total segurança, geração automática do E-Contas (TCM); rotinas diversas; portal de transparências dos servidores; Sistema adaptado à obrigatoriedade do E-social e ainda suporte para estruturação do sistema da folha de pagamento, divisão conforme orçamento da unidade gestora.

4. Portanto, observa-se que há justificativa da empresa, bem como, corroboração do pedido pela Secretaria Interessada, para fins de elaboração do referido aditivo de prazo e reajuste de valor.
5. Após isto, vieram os autos para esta Procuradoria Jurídica para análise.
6. É o relatório.

02. DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

7. Preliminarmente, cumpre destacar que compete a essa procuradoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

8. O art. 38, inc. VI da Lei nº 8.666/93 prevê que o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com "*pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade*". O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que "*as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração*".

9. A necessidade de análise jurídica nos procedimentos administrativos licitatórios está prevista ainda nas Resoluções nº 11.535/2014 e nº 11.832/2015, alteradas pelas Resoluções nº 29/2017 e nº 43/2017 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

03. FUNDAMENTAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

10. Trata-se do Contrato Administrativo nº 008/2021, oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 002/2021, cujo objeto consiste na Contratação de empresa jurídica, para gerenciamento do sistema da folha de pagamento, além do desenvolvimento e manutenção do portal da Prefeitura e demais Secretarias e Fundos do Município de Viseu/PA.

11. Cumpre observar que o supracitado contrato teve início em 22/01/2021 até 31/01/2021, conforme “**Cláusula Quinta – Da Vigência**”. Sendo este prazo prorrogado por 12 meses, mediante realização do 1º Termo Aditivo, ficando a data final da vigência para 31/12/2022 e 2º Termo Aditivo de Prazo que alterou a data para 31/12/2023. Todavia, por razões devidamente motivadas nos autos do processo administrativo se faz necessário à realização do 3º Termo Aditivo de Prazo, prorrogando-se a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, ficando o novo término para 31/12/2024.

12. Sendo assim, considerando que o supracitado contrato tem seu prazo de vigência em vias de terminar, é requerido aditamento contratual para que seja continuada a execução do referido objeto.

13. Neste aspecto a Lei nº 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos nas hipóteses elencadas no Art. 57, que prevê excepcionalmente a possibilidade de haver prorrogação de prazo para além do exercício financeiro nas hipóteses de contratação que versam sobre serviços executados de forma continuada, senão vejamos:

*Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei **ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:** (...)*

II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

14. Dessa forma, verifica-se que é possível a aplicação do art. 57, inc. II, da Lei de Licitações, desde que preenchidos os requisitos de continuidade (inclusive a previsão em edital, em concordância com o art. 41 da lei nº 8.666/93), e desde que a natureza do objeto se faz evidente ante o objeto do contrato, cuja necessidade estende-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, e a interrupção no fornecimento pode comprometer a continuidade da prestação do serviço público no Município de Viseu.

15. Portanto, em relação ao caso que surge, verifica-se a possibilidade da alteração do prazo inicialmente pactuado por entender que o caso em concreto se amolda, em tese, aos requisitos legais estabelecidos na Lei 8.666/93 e ao entendimento jurisprudencial dos Tribunais de Contas, respeitando-se a especificidade do caso.

03.1 DA MANUTENÇÃO DAS MESMAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

16. Outrossim, torna-se a salientar que o valor global do contrato estará respeitando o limite do Artigo 65 da Lei das Licitações, já que sequer haverá alteração de valores, não havendo nenhum óbice aparente à legalidade do Aditivo pretendido ante a preservação das condições inicialmente avençadas.

17. Além disso, cabe a autoridade verificar se a contratada ainda atende às condições que foram exigidas quando da realização da licitação, na forma do que dispõem o Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, consignando o preenchimento de tais condições nos autos.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18. Sendo assim, cabe a autoridade competente observar se a empresa contratada ainda atende tais requisitos, como ato de zelo ao erário público municipal, em plena observância dos princípios licitatórios que regem esta contratação.

19. Estando, pois, toda a tramitação aparentando a plena regularidade legal sobre seus procedimentos, crê-se na regularidade do procedimento até o presente compasso, pelo que se conclui o que segue.

04. CONCLUSÃO.

20. Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa assessoria jurídica, que após atestada a presença de todos os requisitos elencados neste parecer, será juridicamente válida a realização do 3º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 008/2021 para prorrogar a vigência até 31/12/2024, nos termos do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

21. A título de orientação resumida, e sem prejuízo de tudo que já foi exposto no bojo deste parecer, e que deve ser observado, indica-se objetivamente os procedimentos básicos para tal desiderato, para efeito de plena regularidade da instrução processual, nos seguintes termos:

a) Formalização do procedimento nos mesmos autos do processo administrativo de contratação;

b) Verificação da regularidade das empresas contratadas junto as fazendas públicas.

c) Comprovação da existência de disponibilidade orçamentária para cobertura das despesas, considerando a alteração de exercício financeiro.

d) Formalização do ajuste, com publicação do Termo Aditivo.

22. Retornem os autos a Comissão Permanente de Licitação.

23. Viseu/PA, 15 de dezembro de 2023.

Procurador Geral do Município de Viseu-PA
Agérico H. Vasconcelos dos Santos
Decreto nº. 13/2023